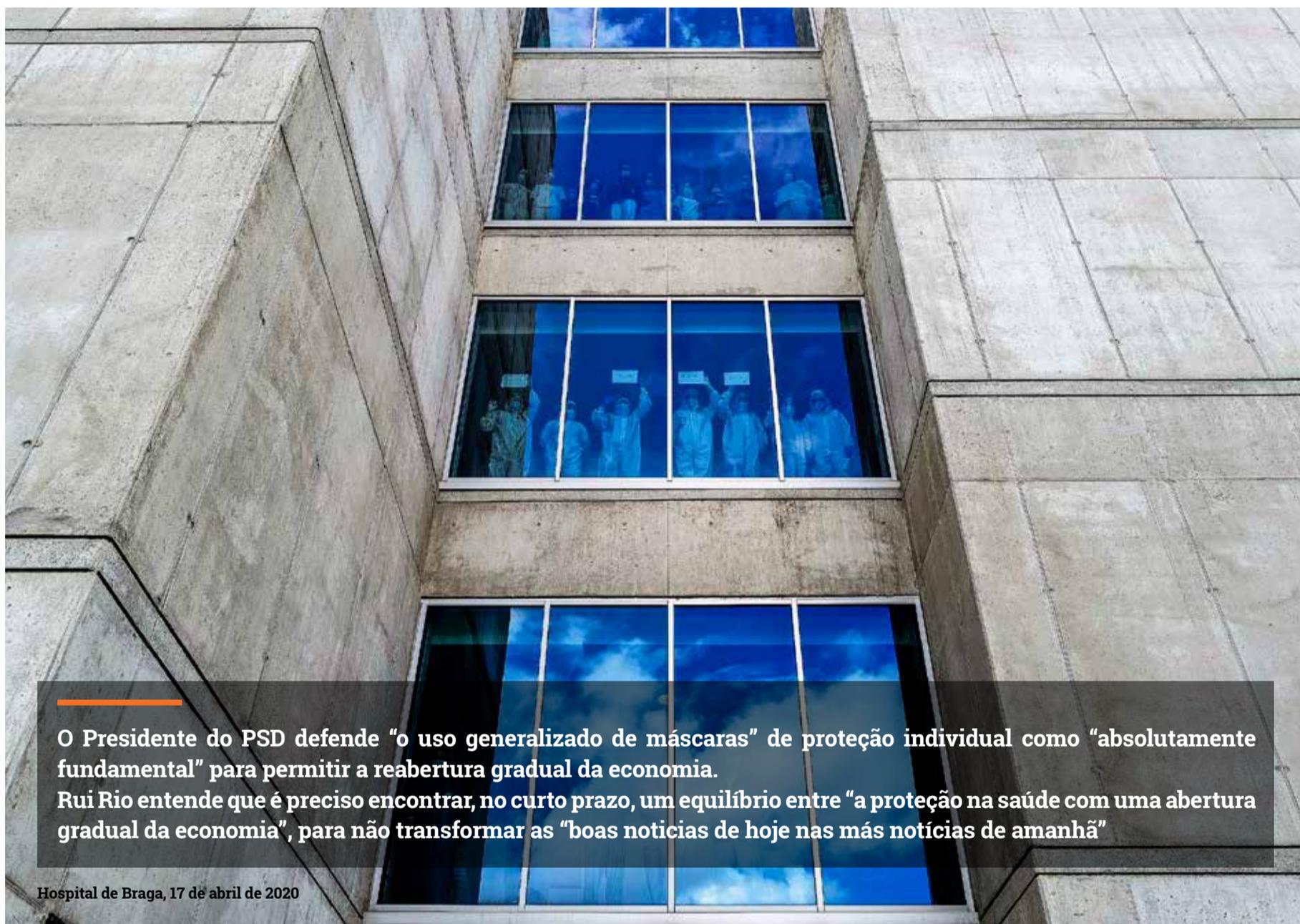


PORTUGAL PREPARA UMA ABERTURA GRADUAL DA ECONOMIA



O Presidente do PSD defende “o uso generalizado de máscaras” de proteção individual como “absolutamente fundamental” para permitir a reabertura gradual da economia.
Rui Rio entende que é preciso encontrar, no curto prazo, um equilíbrio entre “a proteção na saúde com uma abertura gradual da economia”, para não transformar as “boas notícias de hoje nas más notícias de amanhã”

Hospital de Braga, 17 de abril de 2020



pág. 4

PSD

CONSELHO DA EUROPA DEVE CONTINUAR A APOIAR MORAL E FINANCEIRAMENTE A OMS

Luís Leite Ramos exorta os Estados-membros do Conselho da Europa a disponibilizar apoio financeiro e moral à agência da ONU, que tem liderado o combate à crise sanitária



pág. 9

LOCAIS

“CHEQUE-INFORMÁTICA” PARA OS ALUNOS MAIS CARENCIADOS

Alberto Machado, presidente da Distrital do Porto do PSD, defende que o Governo tem a obrigação de garantir a todos os alunos igual acesso à educação, no decurso do terceiro período letivo



pág. 11

REGIONAIS

PSD/AÇORES PROPÕE PLANO PARA RETOMA PROGRESSIVA DA ATIVIDADE ECONÓMICA

O plano deve equacionar a possibilidade de “retoma diferenciada no tempo, ainda que gradual, da atividade nas ilhas que mais cedo possam cumprir” os requisitos de minimização dos riscos de surtos da covid-19



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

INFOEXCLUSÃO

Cerca de 850 mil alunos do ensino básico retomaram esta segunda-feira o ano letivo através da telescola. Difundida pela estação pública, a emissão diária #EstudoEmCasa ocupa a grelha da RTP Memória, com conteúdos vocacionados para diferentes alunos – ou como lhe chama o Governo, “blocos pedagógicos temáticos, de largo espectro”, lecionados por mais de uma centena de docentes de seis escolas públicas, duas privadas e da ciberescola.

A telescola, que educou milhares de portugueses pela televisão, entre 1965 e a década de 1990, vai permitir agora contornar o encerramento dos estabelecimentos de ensino, decretado no âmbito do estado de emergência.

Mas a telescola, tal como os meios telemáticos, em geral, têm vulnerabilidades. No primeiro caso, o modelo atual gizado pelo Governo deixa de fora os alunos com necessidades específicas, nomeadamente porque não abrange as aulas de Língua Gestual Portuguesa, nem a especificidade de grupos de alunos integrados nos centros de apoio à aprendizagem ou ainda os alunos portadores de incapacidades, amblíopes e cegos. O PSD decidiu, e bem, dirigir uma pergunta ao ministro da Educação, alertando para o facto de a telescola “não responder à concretização da tão almejada educação inclusiva”.

No caso do ensino online, a falha mais grave diz respeito à discriminação social, diga-se injusta e incompreensível, de 50 mil alunos que não poderão ter aulas, porque simplesmente as suas famílias não têm nem recursos, nem equipamentos informáticos. Quando muitas famílias recorrerem a cantinas sociais para as refeições básicas, como podem ter meios para adquirir computadores, tablets, câmaras, microfones, routers, hotspots, impressoras e pacotes de acesso à internet? Um problema que se estende também aos professores, basta imaginar um casal de docentes, com apenas um computador, e facilmente verão as dificuldades para agilizar o ensino à distância.

Abril é o mês da liberdade e da marca genética nossa da democracia faz parte a igualdade de oportunidades. Mas 46 anos depois, parece que a igualdade de oportunidades estará suspensa ou, quiçá, em estado de emergência, padecendo, por estes dias, de algumas restrições. E são os alunos oriundos de agregados familiares mais vulneráveis e carenciados as primeiras vítimas de daquela suspensão, que poderá deixar sequelas irreparáveis na formação das futuras gerações.

A democracia exige que todos possam ter acesso às plataformas ZOOM, Moodle, Webex, Microsoft Teams e Google Classroom e esta prerrogativa não constituir um qualquer direito virtual. O Governo não pode, nem deve, como aliás está a acontecer com as políticas de descentralização, passar a batata quente aos Municípios, quando aprova pacotes de competências sem as fazer acompanhar de um envelope financeiro adequado. Decide primeiro e deixa que as autarquias se responsabilizem, quanto aos equipamentos e ao acesso à rede.

Vivemos um tempo absolutamente dramático, que requer uma maior vigilância e atuação contra o agravamento das desigualdades económicas e sociais. Não basta garantir emissões diárias de blocos pedagógicos a cores, substituindo o preto-e-branco, para cumprir “o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, que a Constituição prescreve. Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito implica que o Estado disponibilize mais recursos e faça menos propaganda, para que a covid-19 não contribua para formar exércitos de alunos sem as competências mínimas numa sociedade cada vez mais exigente e competitivo.

Existem programas europeus que podem financiar a oferta para todos no acesso às tecnologias digitais, como existem organismos que podem coordenar esses fundos estruturais e de investimento para o ensino à distância, como acontece com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, a AD&C.

Resta saber se o Governo saberá recorrer a esses instrumentos atempadamente ou, se pelo contrário, irá desperdiçar a oportunidade de usufruir de fundos imprescindíveis e cruciais, para mitigar o impacto da covid-19 na construção de uma nova geração, sedenta de saber.

“FAZ TODO O S O ESTADO DE

No debate no Parlamento, dia 16, o Presidente do PSD defendeu “o uso generalizado de máscaras” de proteção individual como “absolutamente fundamental” para permitir a reabertura gradual da economia. Sabendo que a ciência só assegura uma vacina dentro de meses ou mais de um ano, Rui Rio entende que só há duas formas de “defender” as pessoas: aumentar a proteção individual e reforçar o sistema imunitário.

O líder do PSD apresentou três propostas concretas: a redução da taxa do IVA para certos bens considerados essenciais no combate à pandemia, como máscaras e desinfetantes, uma campanha de esclarecimento e um maior controlo sobre a especulação dos preços de certos bens essenciais.

“Passar a taxa de 23% de IVA sobre as máscaras e gel para a taxa reduzida de 6%”, concretiza Rui Rio, que propõe ainda a descida da taxa máxima de IVA também a todos os produtos que “cientificamente estejam comprovados que reforçam o sistema imunológico”.

O líder do PSD explica que neste momento também é “absolutamente indispensável o início de uma abertura gradual da nossa economia”, porque “cada dia que passa, mais difícil será recuperar a economia”. Para Rui Rio, é preciso encontrar, no curto prazo e no médio prazo, um equilíbrio entre “a proteção na saúde com uma abertura gradual da economia”. Permitir que certas atividades possam estar em pleno funcionamento, como a agricultura e a construção civil, são igualmente vitais para a retoma económica.

Rui Rio entende que o Governo deve “preparar o País para uma segunda vaga” do vírus, o que implica um planeamento e coordenação entre os vários ministérios (Saúde, Economia, Trabalho, Administração Interna e da Defesa), e a mobilização dos hospitais, que devem “reagir em rede” perante uma segunda vaga. “Temos de chegar ao inverno com melhor organização hospitalar, mais capacidade de proteção individual e com o nosso organismo com mais defesas naturais”, frisou.

Como balanço destas primeiras semanas de emergência nacional, Rui Rio saúda o esforço de todos os portugueses, que fez com o que o número de contágios passasse de 35% ao dia no início da pandemia, para “crescer a 5%” atualmente.



SENTIDO PROLONGAR EMERGÊNCIA”



No plano sanitário, o líder do PSD apelou ainda à continuação do cumprimento das medidas de contenção: “Estamos a conseguir resultados positivos. Não podemos estragar tudo. Temos de continuar a cumprir. Não transformemos as boas notícias de hoje nas más notícias de amanhã”, alertou.

Rui Rio considera que “faz todo o sentido prolongar o estado de emergência” e, por isso, o PSD irá votar favoravelmente a prorrogação da medida.

AUMENTOS SALARIAIS NA FUNÇÃO PÚBLICA “NÃO PODIAM ACONTECER”

Num contexto de crise grave por causa da pandemia, o Presidente do PSD questiona o sentido de oportunidade dos aumentos nas remunerações dos funcionários públicos, que a partir desta segunda-feira começam a receber de acordo tabelas salariais atualizadas para 2020.

Numa publicação, através da sua conta oficial no Twitter, Rui Rio é perentório: “estes aumentos não podiam acontecer”.

Apesar de reconhecer que esses aumentos são diminutos, o Presidente do PSD compara a situação dos trabalhadores da administração pública com a condição preocupante em que se encontram muitos portugueses que, por causa da covid-19, uns já perderam o seu emprego, outros viram suspensos temporariamente os seus contratos de trabalho, com perdas imediatas nos seus rendimentos. “Bem sei que 0,3% é pouco. Mas quando há trabalhadores em lay-off a receber só 2/3 do salário, outros atirados para o desemprego e as finanças públicas brutalmente pressionadas pelos gastos que estamos a ter de fazer, estes aumentos não podiam acontecer”, escreve Rui Rio, que redireciona para uma notícia do jornal “Público”/Lusa intitulada “Função pública começa hoje a receber aumentos salariais com retroativos”.

Recorde-se que a partir desta segunda-feira, os funcionários públicos começam a receber os salários de abril com os aumentos de 0,3% para a generalidade dos trabalhadores e de 10 euros para as remunerações inferiores a 700 euros, com retroativos desde janeiro.



CONSELHO DA EUROPA DEVE CONTINUAR A APOIAR MORAL E

Todos os Estados-membros do Conselho da Europa devem continuar a apoiar a Organização Mundial da Saúde (OMS) para enfrentar a pandemia de covid-19. Esse é o apelo deixado por Luís Leite Ramos, deputado do PSD, que é também presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE).

Numa nota à imprensa, divulgada por várias agências internacionais, Luís Leite Ramos exortou os Estados-membros do Conselho da Europa a disponibilizar apoio financeiro e moral à agência da ONU, que tem liderado o combate à crise sanitária. "Apelo a todos os Estados-membros do Conselho da Europa e a todos os parceiros relevantes para reforçarem os apoios financeiros e morais à Organização Mundial da Saúde (OMS), mostrando um espírito de solidariedade global", afirmou Luís Leite Ramos.

Recorde-se que o Presidente dos EUA decidiu cortar financiamento à OMS, ordenando a suspensão do pagamento da participação daquele país à agência.

Luís Leite Ramos reitera que os países são responsáveis em garantir que a OMS é financiada de forma adequada, para que desta forma possa melhorar a resposta e a resiliência face a futuros surtos. Uma posição que é subscrita por Jennifer De Temmerman, deputada francesa, que é presidente do Subcomissão de Saúde Pública e do Desenvolvimento Sustentável, e que instou os estados do Conselho da Europa a darem mais autoridade à OMS para lidar com crises de saúde pública.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa é, conjuntamente com o Comité de Ministros, um dos dois órgãos estatutários do Conselho da Europa. Integra 47 países, entre os quais todos os Estados-Membros da União Europeia. É o principal órgão de cooperação europeia, responsável pela eleição dos juizes do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do acompanhamento de processos eleitorais em todo o mundo.



**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

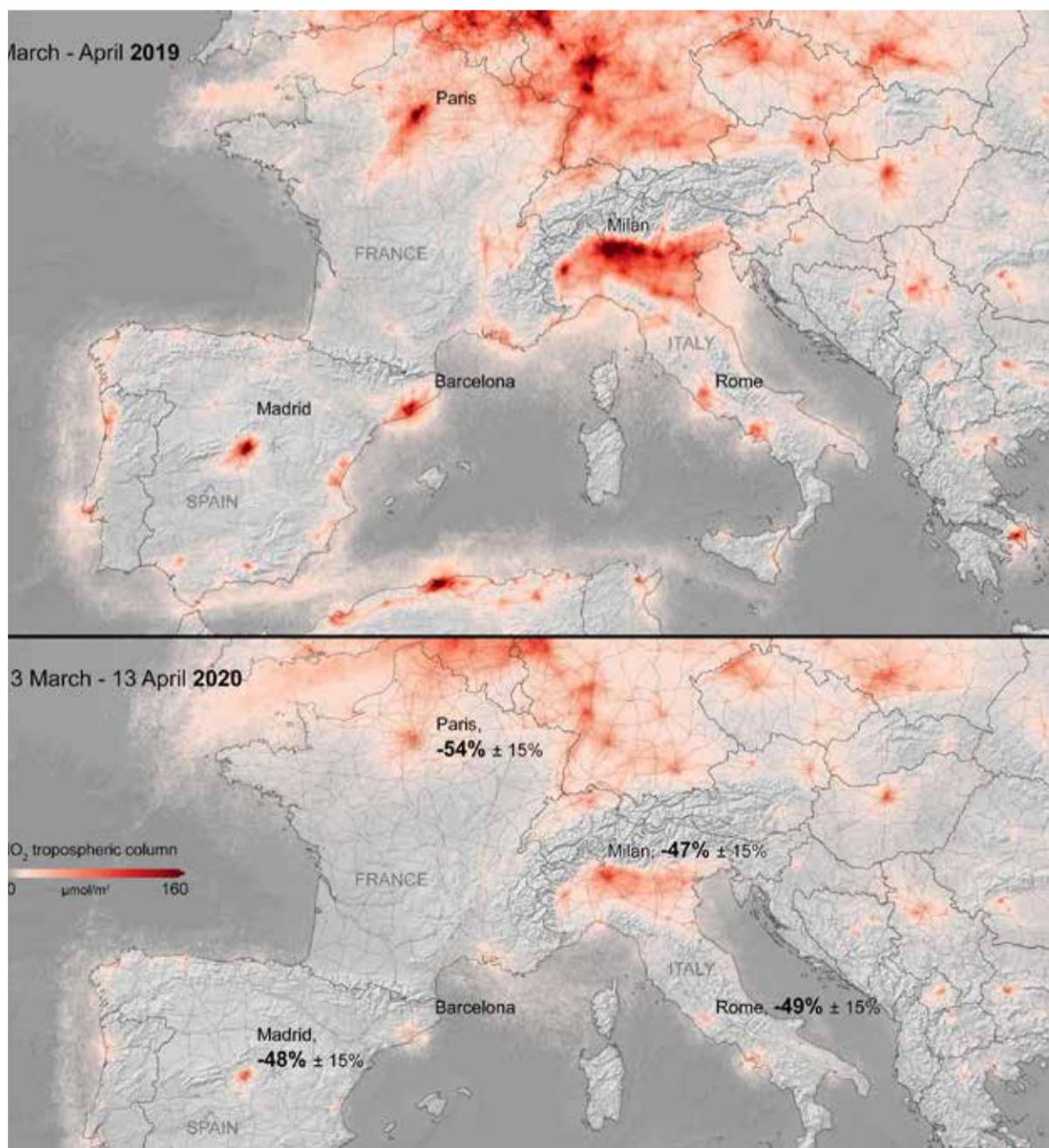
EURODEPUTADOS QUEREM CONHECER O IMPACTO DA AGRICULTURA NA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

Álvaro Amaro dirigiu à Comissão Europeia uma pergunta escrita sobre a necessidade da realização de uma avaliação ampla ao impacto da atividade económica na poluição atmosférica, de modo a prestar um esclarecimento cabal sobre o impacto dos diferentes setores nas emissões e, particularmente, da agricultura e pecuária.

De acordo com comunicações recentes da Organização Meteorológica Mundial e da Agência Espacial Europeia, as restrições à atividade económica que visam a contenção da rápida propagação da covid-19, resultaram numa redução evidente das emissões de dióxido de carbono (CO2) e de metano (CH4).

“A agricultura e os agricultores tem estado na mira das organizações ambientalistas, que os responsabilizam por grande parte das emissões de gases poluentes para atmosfera. Se a qualidade do ar melhorou na medida que tem sido informado, esta será, porventura, a hora de avaliar o verdadeiro impacto dos vários setores, com o objetivo de termos dados fidedignos com que trabalhar no futuro”, afirma Álvaro Amaro, membro da Comissão da Agricultura.

Na interpelação, os eurodeputados questionam ainda a possibilidade de a Comissão vir a reformular as propostas atualmente em discussão, como a estratégia “Prado ao Prado” ou “Pacto Ecológico”, que possam resultar em encargos desproporcionais para os agricultores.



“Apenas a agricultura e o abastecimento das cadeias mantêm a atividade com relativa normalidade. E isso acontece porque não podem parar. Não fará sentido avaliar com profundidade se são estas as principais responsáveis pelas emissões de gases poluentes para atmosfera? E, se for caso disso, é natural que a Comissão queira reavaliar as propostas que estão em cima da mesa”, reforçou Álvaro Amaro.

OS EURODEPUTADOS DO PSD PERGUNTAM:

As fortes restrições à atividade económica adotadas à escala global, para prevenir e conter a rápida propagação do SARS-CoV-2, resultaram na redução de emissões de CO2 e CH4. De acordo com comunicações recentes da Organização Meteorológica Mundial e da Agência Espacial Europeia, esta quebra refletiu-se no declínio imediato e acentuado dos níveis de poluição do ar na atmosfera.

Atento o impacto nos níveis de poluição atmosférica da forte diminuição da atividade económica, e tendo em conta que, à exceção dos setores implicados no combate a esta pandemia, praticamente apenas a agricultura, a pecuária, as cadeias de abastecimento e os prestadores de serviços públicos continuam a operar com relativa normalidade, pergunto à Comissão:

1. Pondera realizar uma avaliação extensiva e abrangente dos efeitos da atividade económica nos níveis de poluição atmosférica e, deste modo, prestar um esclarecimento cabal aos cidadãos europeus sobre o impacto dos diferentes setores nas emissões e, particularmente, da agricultura e pecuária?

2. Se efetuada a avaliação, havendo novos dados, nomeadamente quanto ao impacto do setor agroalimentar nas emissões globais de CO2 e CH4, equaciona a Comissão, em conformidade com esses dados, reavaliar as propostas legislativas atualmente em discussão que possam resultar em encargos desproporcionais para os agricultores?

REGRESSO À NORMALIDADE DEVE OCORRER DE “FORMA FASEADA”

Ricardo Baptista Leite, vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, defende um regresso à normalidade de “forma faseada”, mas sem dar “um passo em falso” que poderia obrigar a novas restrições.

No final de mais uma sessão técnica sobre a evolução da situação epidemiológica da Covid-19 em Portugal, no Infarmed, em Lisboa, dia 15 de abril, o deputado referiu que é muito importante observar “todos os princípios da saúde pública de precaução, para garantir que não damos um passo em falso e, ao abrir excessivamente, não temos de regressar todos a uma situação de restrição”.

Para o deputado, “esta é uma matéria eminentemente técnica”, atendendo a que, de acordo com os especialistas, só será possível levantar de forma alargada as restrições quando se conseguirem voltar a identificar “de forma clara” as cadeias de infeção ativas, o que não acontece na atual fase de infeção comunitária.

Questionado se o estado de emergência, que vigora até sexta-feira, se deve ou não ser renovado em maio, Ricardo Baptista Leite afirmou ser cedo para essa análise. “Estar a falar do que acontece em maio a 15 de abril é muito prematuro (...) O estado de emergência como está faz sentido, se o próximo for decretado pelo Presidente da República não será pelo PSD que haverá entraves”, assegurou.

Rui Rio participou nesta reunião do Infarmed, através de videoconferência, acompanhado pelo vice-Presidente e autarca da Câmara de Ovar, Salvador Malheiro. “Aproveitando essa presença, quero deixar uma palavra a todos os autarcas do país que têm estado na linha da frente na resposta à Covid-19”, destacou.

Ricardo Baptista Leite disse que o Presidente do PSD se orgulha “de ter nos seus autarcas verdadeiros líderes que têm estado na linha da frente no combate ao vírus”, revelando “capacidade de antecipação no terreno”, e sem os quais “teria sido impossível obter alguns dos resultados positivos neste esforço nacional de combate” à pandemia.



TELESCOLA DEIXA DE FORA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS



O PSD tem consciência de que a situação da pandemia da covid-19 que se abateu sobre as nossas comunidades educativas tem um impacto social e económico devastador. Por esse motivo, o PSD acaba de questionar o ministro da Educação sobre os apoios que estão a ser prestados no ensino à distância para alunos com necessidades específicas.

Para os deputados do PSD, “a escola inclusiva é aquela onde todos aprendem, onde ninguém fica para trás”, pelo que o atual modelo de teleescola não minimiza certas “fragilidades”, concretamente “não responde à concretização da tão almejada educação inclusiva”.

Na pergunta ao ministro da Educação, o grupo parlamentar do PSD considera que “todos os recursos da escola devem orientar-se para uma ação comum que garanta o direito de todos os alunos à educação”. “De facto, não há #EstudoEmCasa para a Educação Inclusiva, o que vem acentuar as fragilidades”, critica o PSD, lembrando que a teleescola atual “não prevê nem aulas de Língua Gestual Portuguesa, nem abrange a especificidade de grupos de alunos integrados nos centros de apoio à aprendizagem”.

Assim, o PSD pretende saber quais os recursos solicitados pelos diretores das escolas que estão a ser garantidos pelo Ministério, quantos alunos estão atualmente abrangidos por

medidas de suporte à aprendizagem e que suporte está a ser dado aos pais e cuidadores no âmbito da saúde mental e ao bem-estar das crianças e jovens.

Os deputados social-democratas querem ainda saber que “articulação está a ser feita entre as diferentes áreas governamentais” para assegurar que as escolas e as equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva consigam responder às necessidades específicas de todos os alunos.

O programa #EstudoEmCasa é um conjunto suplementar de recursos educativos destinados a alunos até ao ensino básico, criado pelo Ministério da Educação, e que começou esta segunda-feira a ser transmitido diariamente na RTP Memória. Desde 16 de março que todos os estabelecimentos de ensino estão encerrados, por decisão do Governo para tentar controlar a disseminação do novo coronavírus. Mais de dois milhões de crianças e jovens, desde creches ao ensino superior, ficaram em casa e a maioria tem aulas à distância através de plataformas “online” ou trocas de “emails” com os seus professores. No entanto, há quem não tenha Internet ou equipamentos para poder acompanhar as aulas. O problema é mais dramático entre os alunos até aos 15 anos.

O PSD QUESTIONA:

Que recursos adicionais já solicitados pelos diretores das escolas, nos termos do n.º 8 do art.º 10.º da Lei n.º 116/2019, de 14 de setembro estão a ser garantidos pelo Ministério da Educação?

Quantos alunos estão atualmente abrangidos por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão de acordo com a tipologia definida – medidas universais, seletivas e adicionais? Como se distribuem no território nacional?

Que suporte está a ser dado aos pais e cuidadores de apoio no âmbito da saúde mental e ao bem-estar das crianças e dos jovens durante o surto do coronavírus (covid-19)?

Que tipo de articulação está a ser feita entre as diferentes áreas governamentais para assegurar as pontes necessárias para que as Escolas e as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva consigam cumprir a sua missão no desenho de respostas integradas para as necessidades educativas específicas de cada um?

As aulas de Língua Gestual Portuguesa serão contempladas na programação do “#EstudoEmCasa” com um intérprete de Língua Gestual de forma a garantir apropriação dos conteúdos pelos alunos surdos, assim como para o acompanhamento dos pais e das mães com surdez?

HUGO CARNEIRO APRESENTA CONTRIBUTOS QUE VÃO AO ENCONTRO DAS NECESSIDADES DO PAÍS

No seguimento da postura de responsabilidade e de colaboração com o Governo, o PSD apresentou duas propostas de alteração às iniciativas do Executivo que visam estabelecer um regime excecional e temporário de processo orçamental e quanto às formalidades da citação e da notificação postal.

De acordo com o deputado Hugo Carneiro, as propostas do PSD tentam melhorar a técnica legislativa e ir ao encontro das necessidades do país. “No que diz respeito à Lei de enquadramento orçamental, percebemos que as variáveis macroeconómicas justificam que tenhamos de flexibilizar quer a questão dos prazos, quer a questão das regras de apresentação de documentos a Bruxelas e os documentos de gestão orçamental do país. Por isso, acompanhamos com as nossas propostas melhorias para que assim seja”, afirmou o parlamentar.

Com o País a viver uma situação absolutamente excecional, com impactos de âmbito social, de âmbito económico e, naturalmente, de âmbito orçamental, Hugo Carneiro recorda que são vários os organismos que alertam para a queda do nosso PIB de forma assinalável. Tendo em conta este cenário, o social-democrata reiterou que o PSD manterá a sua postura de colaboração com o governo de Portugal e com o país, “mantendo o seu sentido de responsabilidade e o seu sentido crítico sobre aquilo que seja apresentado à Assembleia”.



HÁ FALTA DE VENTILADORES NO CENTRO HOSPITALAR DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO



Os deputados do PSD eleitos por Vila Real pedem esclarecimentos ao Governo sobre a distribuição de ventiladores para o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD).

Luís Leite Ramos, Cláudia Bento e Artur Soveral Andrade sublinham que esta unidade de saúde dispõe de 12 camas de cuidados intensivos e 12 camas de cuidados intermédios apenas no hospital de Vila Real, um número que dizem “ser inferior ao da realidade nacional”.

Além disso, “estas camas e ventiladores existentes não estão exclusivamente dedicados a doentes covid-19 positivos, uma vez que há outro tipo de doentes que conti-

nuam a necessitar de ser assistidos por estes recursos e não podem ser descurados”.

Nesse sentido, os deputados solicitam um esclarecimento à ministra da Saúde, através da Assembleia da República, sobre os “critérios usados na distribuição de ventiladores pelas diferentes unidades hospitalares” e querem saber “qual o motivo pela não distribuição de ventiladores ao CHTMAD”.

Os deputados perguntaram ainda quantos ventiladores existem atualmente em cada hospital do CHTMAD e se o Ministério da Saúde considera esse número “suficiente”.

“Se não, quantos ventiladores e quando serão adquiridos para colmatar esta insuficiência”, questionaram ainda.

Por fim, os social-democratas querem saber qual foi o reforço de dispositivos médicos efetuado no CHTMAD depois do início da pandemia.

Os deputados referiram que o Governo divulgou na sua página oficial um mapa com o número de ventiladores distribuídos por região pelo Ministério da Saúde.

De acordo com a informação disponibilizada nesta página, os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) receberão, até ao próximo dia 19 de abril, cerca de “300 ventiladores”.

Foi também informado que, no dia 5 de abril, um “voo da TAP fretado pelo Governo português para o transporte de material diverso de resposta à pandemia covid-19 aterrou em Lisboa, contendo 144 ventiladores”, adquiridos pela Administração Central do Sistema de Saúde e doados por um particular.

Os deputados concluem que o CHTMAD “não foi contemplado com nenhum dos 300 ventiladores distribuídos no continente”, nomeadamente 164 no Norte, 12 no Centro, 116 em Lisboa e Vale do Tejo, quatro no Alentejo e quatro no Algarve.

“Não questionamos as diferentes necessidades de equipamentos a nível nacional, mas é imperioso que os critérios de atribuição sejam claros. Esta região já antes da pandemia apresentava várias assimetrias de acesso à saúde e não é compreensível que, mais uma vez, esta unidade hospitalar ter sido excluída de qualquer investimento”, sublinham os deputados.

O CHTMAD agrega os hospitais de Vila Real, Lamego e Chaves e serve uma área com cerca de meio milhão de habitantes.

PANDEMIA AFETARÁ O RENDIMENTO DOS VITIVINICULTORES DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

A crise sanitária associada à pandemia da covid-19 tem provocado um impacto económico-social muito significativo em todas as atividades produtivas. No caso do sector do vinho, o Governo constituiu um grupo de trabalho que está a estudar a flexibilização no apoio à promoção de vinhos em países terceiros, no âmbito da Organização Comum do Mercado vitivinícola, os pagamentos de apoios à produção de álcool para fins hospitalares e farmacêuticos, no âmbito do apoio à destilação de subprodutos vínicos e as medidas administrativas no âmbito do Apoio à Promoção do Vinho e Produtos Vínicos no Mercado Interno.

Numa pergunta à ministra da Agricultura, os deputados do PSD eleitos por Trás-os-Montes, na sequência dos avisos das organizações e responsáveis do sector vitivinícola, alertam o Governo que os apoios até agora definidos são insuficientes para acomodar os impactos profundos que o sector está a enfrentar. A redução do preço das uvas, por um lado, e o aumento dos custos de produção e fabrico, por outro lado, irão criar dificuldades acrescidas e comprometerão o futuro da viticultura na Região Demarcada do Douro como, de resto, todas as regiões vitivinícolas do país.

Os deputados do PSD interpelaram recentemente a ministra da Agricultura, sobre as intenções do Governo re-

lativamente a questões tão importantes como os apoios comunitários excecionais e adicionais à destilação, a adaptabilidade desse eventual apoio ao sector do vinho nacional, o modo de fixação das quantidades elegíveis por região, os mecanismos de apoio ao escoamento alternativo de vinhos nacionais, seja através de novos canais de distribuição, seja num reforço da vantagem comparativa do produto nacional em mercados externos, ou ainda os apoios previstos para armazenagem.

Várias entidades e responsáveis da Região Demarcada do Douro têm, ao longo das últimas semanas, manifestado a sua preocupação pela situação e formulado sugestões e propostas para ultrapassar os efeitos da crise económica que se começa a vislumbrar na região.

Muito recentemente, a NERVIR – Associação Empresarial, que conta entre os seus associados muitos produtores de vinhos da Região Demarcada do Douro, manifestou para o facto de muitas das medidas anunciadas apenas adiarem os problemas e compromissos. A título de exemplo, referem o facto de o adiamento do pagamento das contribuições para a Segurança Social do mês de março implicar que 2/3 desse montante serão pagos no mês de julho, durante o qual terão que pagar dois salários (mês respetivo e subsídio de férias); e que 1/3 do mesmo montante terá

que ser pago em agosto, período em que terão de pagar 2 meses de contribuições e respetivas férias.

Outro exemplo reportado nesta declaração pública tem a ver com a inaplicabilidade do regime de “lay-off” simplificado ao sector vitivinícola, uma vez que a cessão da atividade produtiva nesta altura implicaria a perda total da produção e, por outro lado, a falta de receitas determina a impossibilidade de assegurar o pagamento de salários aos trabalhadores.

No mesmo documento, enviado ao Governo, a NERVIR formula um conjunto vasto de propostas para o sector e para a região e que inclui, entre outras, a criação de um regime específico de apoio direto às empresas para pagamento de salários, da antecipação dos pagamentos de subsídios, da isenção do pagamento de taxas, do apoio à destilação voluntária, da aplicação do saldo de gestão do IVDP na regulação do quantitativo de benefício para 2020 ou a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração de um Plano Estratégico para a recuperação e o relançamento do sector dos vinhos do Douro e do Porto.

A Região Demarcada do Douro é responsável por 46% das exportações de vinho português, mas será confrontada, em 2020, com uma mais que provável redução drástica do chamado “benefício” para a produção de vinho generoso (fala-se em 40 a 50%), em resultado da queda acentuada das vendas registadas durante a crise sanitária que atravessamos. O PSD sublinha que “esta redução provocará não só uma descida significativa do preço das uvas para o vinho generoso, o que afetará de sobremaneira a generalidade dos pequenos e médios viticultores da região, como agravará os custos associados ao fabrico de vinho generoso, em razão do aumento do preço da aguardente associado ao aumento generalizado do preço do álcool”.

O PSD PERGUNTA:

O Governo vai criar um regime específico de apoio às empresas vitivinícolas e aos produtores vitícolas de apoio direto à tesouraria para pagamento de salários ou equivalente (caso de subcontratação)?

O Governo irá determinar a antecipação dos pagamentos dos subsídios resultantes dos investimentos efetuados e dos subsídios à exploração?

O Governo irá determinar a redução ou mesmo a isenção de pagamento das taxas pagas pelos vitivinicultores e o aumento e alargamento a outros equipamentos utilizados na viticultura duriense, do apoio ao gasóleo agrícola?

O Governo admite a possibilidade de criar um apoio à destilação voluntária e alocar um pacote financeiro para sustentar os níveis do preço do vinho a granel?

O Governo admite a possibilidade de aplicar o saldo de gestão do IVDP (cerca de 9 milhões de euros) na mitigação dos efeitos provocados pela quebra previsível e acentuada do quantitativo de benefício a fixar para 2020?

O Governo admite a possibilidade, a exemplo do que já aconteceu no passado, de determinar para 2020 uma produção de “bloqueio” para o vinho generoso, isto é, determinar que esta produção deveria ficar em stock mínimo de 6 anos?

O Governo admite a possibilidade de criar um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar e implementar um Plano Estratégico para o relançamento do sector vitivinícola na Região Demarcada do Douro?



“CHEQUE-INFORMÁTICA”

PARA OS ALUNOS MAIS CARENCIADOS



Alberto Machado, presidente da Distrital do Porto do PSD, defende que o Governo tem a obrigação de garantir a todos os alunos igual acesso à educação, no decurso do terceiro período letivo. Após um levantamento nas escolas do distrito do Porto, Alberto Machado lembra que no arranque deste trimestre, com uma forte componente de ensino à distância online, nem todos os estudantes têm computadores e acesso à internet, “o que cria uma situação de clara desigualdade em relação aos alunos mais carenciados”.

Alberto Machado, que é deputado e presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, apela, em concreto, ao Ministério da Educação que crie “cheques-informático” para que as famílias de menores rendimentos possam adquirir computadores no mais curto espaço de tempo, após o Primeiro-Ministro ter prometido “universalizar a atribuição de um computador e respetivo acesso à internet para todos os alunos para o próximo ano letivo”. “No atual contexto de epidemia, esta medida deve ser antecipada”, frisa Alberto Machado, que assegura que existem cerca de 50.000 alunos, excluídos do sistema de ensino pela falta de acesso à rede e computadores.

“Não podemos deixar ficar ninguém para trás, ainda por cima quando o país está em estado de sítio”, sublinha o líder social-democrata distrital, advertindo ser “urgente intervir, ainda neste ano letivo, para corrigir uma situação de enorme injustiça social” e “acabar já com esta gritante desigualdade de oportunidades e discriminação em função do acesso ao mundo digital e às novas tecnologias”.

De acordo com os autarcas social-democratas do distrito do Porto, o “regresso à escola está a fazer-se de forma diferenciada, em função da capacidade financeira de cada agregado familiar, com prejuízo daqueles que estão em situação mais vulnerável e têm menos recursos”.

A agilização do processo de compra de computadores é, segundo Alberto Machado, um processo fácil, isto porque os alunos incluídos na Ação Social Escolar já se encontram identificados pelas escolas. Para acederem à internet gratuitamente, propõe ao Governo que formalização um acordo com as operadoras de telecomunicações, a exemplo do que já acontece para os profissionais de saúde.

MUNICÍPIO DE BRAGA INVESTE EM EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

O município de Braga anunciou que “não deixará de investir” na aquisição de equipamentos e serviços informáticos para emprestar aos alunos que deles necessitem, para garantir que ninguém fica prejudicado com o ensino a distância.

Em comunicado, o município refere que, para já, “está a apelar à responsabilidade social” de diversos parceiros, como agrupamentos de escolas, juntas de freguesia e mecenas privados, empresas e cidadãos, “para tentar suprir lacunas de modo a que se chegue a um número mais comportável ao nível do investimento municipal”.

Acrescenta que já existe uma bolsa de equipamentos informáticos “obsoletos” que a autarquia está a receber, reformatar e disponibilizar aos alunos em questão e que já contou com algumas dezenas de doações. “Se com esta conjugação de esforços não for possível cobrir todo o universo de crianças em causa, o município não deixará de investir na aquisição de equipamentos e serviços informáticos para emprestar aos alunos que deles necessitem, acorrendo mais uma vez às necessidades dos cidadãos mais desfavorecidos numa matéria em que não tem responsabilidade objetiva”, refere o presidente da câmara, Ricardo Rio, citado no comunicado.

O município de Braga, juntamente com os agrupamentos de escolas, efetuou um levantamento dos alunos com carências de equipamentos e serviços informáticos para acompanhar o ensino a distância no concelho, estimando-se que sejam mais de 2.500 as crianças em causa. Das crianças, dois terços não dispõem sequer de equipamento informático.



NÍVEL “ALARMANTE” DE DESEMPREGO PREOCUPA O PSD DA FIGUEIRA DA FOZ



O PSD da Figueira da Foz manifestou-se preocupado com o nível “alarmante” de desemprego e propôs uma “plataforma de diálogo” a nível municipal e regional para enfrentar as consequências da pandemia de covid-19.

Ricardo Silva, presidente da concelhia social-democrata e vereador da oposição camarária, classificou de “preocupante” a situação de crise em áreas como o turismo, “com os hotéis todos fechados”, comércio e serviços e pescas naquele município do litoral do distrito de Coimbra.

“Só as grandes empresas [de celulose e papel, agroalimentares e indústria transformadora] é que estão a laborar. A Figueira da Foz vai ser bastante afetada, pois sendo o turismo, o comércio e a pesca os seus principais setores de atividade e emprego, são também aqueles que terão mais dificuldades em recuperar rapidamente, por razões óbvias, decorrentes da crise pandémica e económica já conhecida e prevista”, frisou Ricardo Silva.

Questionado sobre os números do desemprego naqueles setores, o dirigente do PSD concluiu que a Figueira da Foz “apresenta um dos maiores números de desempregados do Centro Litoral, Leiria, Coimbra e Aveiro incluídos”. “Isto já por si nos deixa preocupados, em perfeito alarme”, enfatizou Ricardo Silva.

O também vereador do PSD disse ter interrogado na reunião do executivo municipal de dia 20 de abril, se a maioria socialista “fez a correlação destes dados [do IEFP] para a realidade do concelho da Figueira da Foz e a que conclusões chegou”, e quer que os números concelhios sejam divulgados.

Por outro lado, o PSD pretende “encontrar uma plataforma de diálogo” que reúna partidos políticos, Assembleia Municipal, juntas de freguesia e instituições de solidariedade social, mas também “as maiores empresas empregadoras da Figueira da Foz”, Associação Comercial e Industrial, Conselho Empresarial do Centro e Turismo Centro de Portugal ou cidadãos independentes, entre outros, para “ouvir, compartilhar diagnósticos, soluções e propostas” face à crise.

Para tal, o PSD enviou aos grupos parlamentares da Assembleia Municipal uma proposta de criação do Grupo de Monitorização da Crise Pandémica na Figueira da Foz, que deverá funcionar, nesta fase, através de videoconferência. “Queremos reunir todos, ouvir todos. Apesar das [diferentes] ideologias e dos seus credos, de certeza que todos têm ideias para ultrapassar a crise que, infelizmente, se vai sentir ainda mais num futuro próximo. E quem tem responsabilidades tudo deve fazer para mitigar o que pode acontecer no futuro. Podemos e devemos ter medidas de apoio direto às famílias, instituições e empresas da Figueira da Foz”, defendeu Ricardo Silva.

PSD/AÇORES PROPÕE PLANO PARA RETOMA PROGRESSIVA DA ATIVIDADE ECONÓMICA



O PSD/Açores propôs, dia 16, a elaboração urgente de um plano global para a “retoma progressiva” da atividade económica na região, desde que se garanta que os riscos do surto da covid-19 “estão minimizados”.

“Em muitos países severamente afetados pela covid-19 está a ser definida, com prioridade, uma retoma da atividade económica, adaptada à realidade de cada território. Nos Açores é também fundamental iniciar já o planeamento do seu próprio processo”, sustenta um projeto de resolução entregue no parlamento açoriano,

frisando que “importa transmitir uma palavra de esperança às populações”.

Segundo uma nota do PSD/Açores, este documento deve ser elaborado e implementado com a “participação de uma equipa de médicos especialistas em saúde pública”, assegurando assim a manutenção da saúde pública em geral e “a proteção especial das faixas populacionais de maior risco” e a “minimização dos riscos sanitários”.

O plano deve equacionar a possibilidade de “retoma dife-

renciada no tempo, ainda que gradual, da atividade nas ilhas que mais cedo possam cumprir” os requisitos de minimização dos riscos de surtos da covid-19, “mantendo-se as atuais condicionantes de acessibilidades do exterior a estas ilhas”.

Para os social-democratas, os diversos setores de atividade “podem ser retomados em condições a planear, permitindo a minimização de todos os aspetos negativos associados a esta crise”.

O projeto de resolução do PSD/Açores refere também que o plano deve “incluir orientações às empresas, com planos de contingência obrigatórios, utilizando preferencialmente a experiência das empresas que prestam serviços essenciais e que, por isso, não suspenderam a sua laboração”.

Este plano tem de ter em conta que as medidas preventivas “estão em vigor em locais de trabalho, estabelecimentos de ensino e outros onde o acesso da população é essencial”, que os riscos de importação do vírus “podem ser geridos” e que as populações “estão instruídas, envolvidas e capacitadas para se ajustarem às novas normas”.

Para o PSD regional, o documento deve ser elaborado sob o pressuposto de que a transmissão da covid-19 “está controlada”, os sistemas de saúde estão munidos de capacidade para “detetar, testar, isolar, tratar e rastrear todos os contactos”, e os “riscos de surtos estão minimizados em contextos especiais, como unidades de saúde e lares de idosos”.

“Não se trata de escolher entre a economia e a saúde, mas sim de iniciar a previsão da abertura da economia, pois é impossível manter as pessoas em quarentena indefinidamente, com uma economia paralisada”, alegam os social-democratas açorianos.

O PSD/Açores chama ainda a atenção para “uma franja de população bastante vulnerável aos cortes no rendimento familiar, às situações de desemprego ou às consequências da crise económica que se seguirá, incontornavelmente, à crise pandémica”.



Em representação de Portugal



Madrid: Uma conferência. Apoio ao PP.
Presença da Arte Moderna Portuguesa



Roménia e Bulgária:
Apoio à adesão à UE e
cooperação económica

Edição n.º 1355 do "Povo Livre" | de 18 de fevereiro de 2004

"Em representação de Portugal: Madrid: Uma conferência. Apoio ao PP. Presença da Arte Moderna Portuguesa". O então Primeiro-Ministro e Presidente do PSD iniciava, no dia 12 de fevereiro de 2004, uma visita à capital espanhola, onde proferiu uma conferência no Fórum Nova Economia, participou numa reunião da Internacional Democrata do Centro (IDC) e esteve no arranque da campanha do Partido Popular.

SUSPENSÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCATÓRIAS

Face às recomendações das autoridades sanitárias relativamente à contenção da Covid-19, a Comissão Política Nacional tomou a decisão de recomendar a todas as estruturas do PSD que não realizem reuniões ou assembleias até nova orientação, culminando em duas deliberações, com caráter obrigatório, do Conselho de Jurisdição Nacional. Fica, por isso, suspensa a publicação de todas as convocatórias de reuniões e atos eleitorais no “Povo Livre” até data oportuna.